

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://www.publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2483>

DOI: <https://doi.org/10.54446/bcg.v3i1.111>

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2013 by Associação dos Geógrafos Brasileiros. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade

Márcio Cataia

✉ cataia@ige.unicamp.br

Silvana Cristina da Silva

✉ silvanasilva@id.uff.br

Resumo

Apresentamos neste artigo algumas considerações sobre o contexto do surgimento da teoria dos dois circuitos da economia urbana proposta por Milton Santos na década de 1970 e alguns apontamentos sobre o uso dessa teoria na atualidade. Sublinhamos que a teoria dos dois circuitos origina-se para explicar a urbanização dos países periféricos. No entanto, a crescente interdependência dos lugares, possibilitada pelos sistemas técnicos, demandou incorporar às análises da economia urbana novos elementos como a expansão do crédito e o uso das novas tecnologias no circuito inferior. Além disso, destacamos que cada ramo de atividade econômica cria e condiciona a divisão territorial do trabalho na cidade a partir de suas características. Dessa forma, o diálogo dos dois circuitos da economia urbana com os circuitos espaciais de produção torna-se profícuo, como demonstramos por meio da análise do ramo do vestuário na cidade de São Paulo.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: circuitos da economia urbana; circuito superior; circuito inferior; São Paulo; urbanização periférica.

Introdução

Propomos neste texto discutir, a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana, as atividades do circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no contexto da globalização, ou seja, de maior interdependência dos lugares, de incorporação de novas tecnologias no circuito inferior e da ascensão do crédito como elemento fundamental para a expansão do consumo.

A reflexão que propomos neste texto divide-se em quatro partes. Na primeira, “a urbanização na periferia do sistema”, debatemos a gênese distinta da urbanização dos territórios periféricos. Na segunda parte, “a pobreza urbana na periferia do sistema: abordagens explicativas”, analisamos o processo de geração de pobreza nas cidades e abordamos as teorias explicativas desse processo. Na terceira parte, “algumas considerações sobre o uso da teoria dos dois circuitos hoje”, sistematizamos considerações fundamentais no uso da teoria dos dois circuitos na atualidade. Na última parte do texto, “análise do ramo do vestuário na cidade de São Paulo a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana”, apresentamos uma operacionalização da teoria a partir de um ramo de atividade, tendo como foco a cidade de São Paulo.

A urbanização na periferia do sistema

Como afirma Sartre (2002), os países colonizados entraram na história para resolver a escassez alheia, ou em outras palavras, a divisão territorial do trabalho nacional funcionalizou a divisão internacional do trabalho. As cidades latino-americanas nasceram para atender às demandas dos centros metropolitanos, esposando, portanto, uma condição de periferia do sistema (SANTOS, 1982). Por isso, essas cidades têm sua origem na administração do sistema colonial, nas atividades comerciais e portuárias.

Alguns autores se destacaram ao abordar as especificidades da urbanização dos países periféricos como McGee (1971), Rochefort (2008), Corrêa (1997) e Santos (1965, 1977, 1976, 1982, 2004).

Segundo McGee (1971) a urbanização nos países subdesenvolvidos teria duas concepções, uma que considera essa urbanização distinta qualitativamente dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha (urbanização europeia) e outra que considera a urbanização desses territórios como um processo que se assemelha à urbanização do mundo Ocidental há um século e meio. McGee (1971) sublinha que o primeiro grupo considera o crescimento demográfico e o êxodo rural como os principais elementos do desencadeamento da urbanização e que tiveram como consequência a incapacidade industrial de absorver toda a mão de obra, surgindo assim, o

subemprego e a hipertrofia das atividades terciárias. Na segunda vertente, McGee (1971) assinala que as grandes cidades promoveriam o desenvolvimento das nações e que o ambiente urbano corroboraria com o aprendizado político e econômico nacionais.

A urbanização dos países *subdesenvolvidos* ocorreu sob um forte crescimento demográfico, forte migração campo-cidade e um contexto de sujeição desses territórios à colonização, o que contribui para o surgimento de cidades em áreas interessantes aos países colonizadores. Por isso as grandes cidades encontram-se localizadas em áreas periféricas e o fenômeno da *macrocefalia* é um traço comum nesses países, juntamente com as profundas desigualdades territoriais (ROCHEFORT, 2008). Os países da América Latina, com exceção do México que apresenta particularidades, corresponderiam ao modelo de urbanização descrito por Rochefort (2008) e que no pós Segunda Guerra passara por várias tentativas de planificação para reduzir o peso das grandes cidades na rede urbana como a mudança das capitais políticas, a criação de polos industriais e a planificação das cidades médias, que, embora tivessem algum êxito, tais políticas não reduziram estruturalmente os desequilíbrios regionais e nem mesmo a pobreza nas grandes cidades.

Para Corrêa (1997) a *macrocefalia* da urbanização nos países de industrialização recente ocorre porque as grandes cidades concentram a produção industrial – processamento da matéria-prima e da produção de bens de consumo, tendo seu “próprio mercado” – são centros de consumo da renda fundiária e de captura dos custos da produção agrícola; são centros de comercialização dos produtos rurais; realizam a distribuição varejista e atacadista de produtos industriais; são centros de gestão, controle e distribuição de investimentos nacionais e/ou centros de retransmissão de investimentos; centros de recepção de correntes migratórios e são centros de controle do poder político e a rede hierarquizada de localidades centrais contendo frações das classes dominantes, comerciantes, proprietários fundiários e industriais, diversas instituições dos aparelhos repressivo e ideológico do Estado, executivos do capital estrangeiro.

Na compreensão da urbanização dos países de *Terceiro Mundo*, especialmente o Brasil, também se destacam os trabalhos de Santos (1965, 1976, 1977, 1982, 1986a, 2004, 2005, 2009a, 2009b), para quem o processo não é uma repetição da urbanização europeia no momento pré-industrial; a urbanização nos países do Terceiro Mundo decorre das dinâmicas das atividades terciárias, uma *urbanização terciária*; o sistema urbano nos países subdesenvolvidos organiza-se em torno a dois subsistemas: um circuito superior da economia urbana e um circuito inferior da economia urbana. O circuito superior é aquele das grandes empresas e instituições

(bancos, grandes corporações e o próprio Estado), e o circuito inferior, são as formas utilizadas pela população pobre, que é maioria e tende ao crescimento, de gerar renda a partir de atividades de organização simples, que dependem de mão de obra intensiva e pouco (ou nenhum) capital. Esses dois circuitos formam o subsistema urbano. Este último estabelece relações de dependência, complementaridade ou mesmo concorrência com o primeiro, contudo ambos são parte de um único sistema econômico urbano, ou seja, não há dualismo.

Considerando os aspectos apontados para a compreensão do funcionamento da urbanização dos países do Terceiro Mundo é fundamental reconhecer que esses cumprem papéis diferenciados na economia mundial. O mecanismo de dependência dos países periféricos no processo de incorporação ao sistema capitalista é em grande parte responsável pela situação de periferia do sistema. Não há inexistência de desenvolvimento na periferia, mas o próprio desenvolvimento é portador de uma contradição que autoriza também sua convivência com larga pobreza nesses países. Por isso, são países que conhecem, ao mesmo tempo e sem dualidade, espaços ricos e modernizados e espaços opacos e empobrecidos.

Uma característica recente da América Latina é a rápida urbanização e o crescimento de grandes cidades. Este é o caso de São Paulo, cresceu rapidamente no século XX e tornou-se metrópole de comando do território brasileiro, inclusive esboçando certo comando de fluxos regionais na América do Sul, cada vez mais evidentes.

Com base em estudos sobre a África, Ásia e América Latina, Slater (1982) aponta que as análises duais – que opõem sociedades modernas e tradicionais e desenvolvidas e subdesenvolvidas – em sua maioria consideram a pobreza dos países subdesenvolvidos como algo tão somente inerente a estas sociedades. Tais formas de compreensão incorreriam em dois equívocos fundamentais, o primeiro diz respeito a a-historicidade analítica dessa proposta, e o segundo é referido à perenidade da situação da pobreza, ou seja, seriam sociedades estáticas. Ainda hoje permaneceríamos presos à interpretação de que as sociedades “ditas primitivas” sempre teriam sido assim e a pobreza seria um fenômeno apenas interno a elas, portanto, seriam caracterizadas por uma “pobreza sem fim” e sem nexos com a divisão internacional do trabalho. Para Slater (1982), o subdesenvolvimento do Brasil foi criado por meio de mecanismos de incorporação nacional ao sistema capitalista, sendo que ao longo do tempo criaram-se novos instrumentos para a apropriação do excedente.

As análises que tratam a pobreza como pontual, como inevitável e como se sempre tivessem existido, assumem o pragmatismo acrítico do nosso tempo,

especialmente ao propor a modernização como “solução” para incorporar as vastas camadas populares que vivem nas grandes cidades.

Para Santos (2004) as formações territoriais dos países periféricos podem ser explicadas pela existência nas cidades de um sistema econômico, não dual, e dois subsistemas, os dois circuitos da economia urbana.

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são causa e efeito da existência, ou seja, da criação ou manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços (SANTOS, 2004, p. 37)

A década de 1970 marca o momento em que a maior parte da população brasileira passa a viver em cidades (Tabelas 1 e 2). Em 1960 existiam aproximadamente 32 milhões de pessoas morando em cidades (45% do total de habitantes), em 2010 passam a 160 milhões (84% da população). A Região Sudeste é a mais urbanizada (92,95%), seguida pelo Centro-Oeste (88%).

Tabela 1. Evolução da população urbana no Brasil e grandes Regiões (1960-2010)

	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	32.004.817	52.904.744	82.013.375	110.875.826	137.755.550	160.925.792
Norte	1.041.213	1.784.223	3.398.897	5.931.567	9.002.962	11.664.509
Nordeste	7.680.681	11.980.937	17.959.640	25.753.355	32.929.318	38.821.246
Sudeste	17.818.649	29.347.170	43.550.664	55.149.437	65.441.516	74.696.178
Sul	4.469.103	7.434.196	12.153.971	16.392.710	20.306.542	23.260.896
Centro-Oeste	995.171	2.358.218	4.950.203	7.648.757	10.075.212	12.482.963

Organização dos autores. Fonte: Dados IBGE.

Tabela 2. Evolução da porcentagem de população urbana no Brasil e grandes Regiões (1960 a 2010)

	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	45,08	55,98	67,70	75,47	81,23	84,36
Norte	35,54	42,60	50,23	57,83	69,83	73,53
Nordeste	34,24	41,78	50,71	60,64	69,04	73,13
Sudeste	57,36	72,76	82,83	88,01	90,52	92,95
Sul	37,58	44,56	62,71	74,12	80,94	84,93
Centro-Oeste	37,16	50,94	70,68	81,26	86,73	88,80

Organização dos autores. Fonte: Dados IBGE.

Além da célere urbanização, o fenômeno da metropolização é incontestável. São nas metrópoles, como afirma Santos (2004), onde se constituem as maiores possibilidades para os pobres criarem formas de gerar renda, pois as cidades concentram materialidades e população, assim amplia-se a modernização e o circuito inferior.

Paralelamente ao acelerado processo de urbanização e metropolização, destaca-se também o processo “involução metropolitana” (MCGEE, 1971, SANTOS, 2009b; ELIAS, 2002). A partir dos anos 1980 as metrópoles passam a crescer menos que o resto do país e certas áreas de influência dessas regiões, quando passam a crescer não somente algumas poucas grandes cidades, mas também as cidades médias e locais. Apesar da concorrência do entorno da metrópole e do interior do estado, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) ainda cresce e atividades cada vez mais modernas se materializam, diminuindo o desemprego, mas com a expansão de atividades de baixa remuneração (POCHMANN, 2012). Em 2003 a taxa de desemprego total na RMSP era de 19,9%, ao findar o ano de 2012 esse índice chegou a 10,9% (DIEESE, 2013a)

Em 1987, 815.450 pessoas viviam em favelas, em 2008 esse número vai a 1.539.271 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2008). A renda média dos trabalhadores com carteira assinada na cidade é de R\$ 1.157,00 (CAGED, 2010), quando segundo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) o salário mínimo necessário, em dezembro de 2010, deveria ser de R\$ 2.227,53 (DIEESE, 2013b). Dessa forma, ainda que exista diminuição do desemprego, verifica-se o aumento da pobreza na cidade, pois mesmo aqueles que

estão empregados não possuem renda suficiente para atender suas necessidades de educação, saúde, habitação, transporte, lazer, além dos imperativos dos consumos modernos.

Desta forma, os nexos das paisagens urbanas europeias descritas por Rochefort (2008) para os países periféricos são descortinados pela análise dos elementos que compõem essa urbanização, cujo traço principal é a presença dos contrastes entre riqueza e pobreza.

A pobreza urbana na periferia do sistema: abordagens explicativas

A estrutura fundiária das cidades, o meio ambiente construído (HARVEY, 1982), a *socialização capitalista* (TOPALOV, 1978) dos bens públicos, juntamente com a dependência tecnológica e organizacional das atividades produtivas, que se aprofundam no período da globalização, seriam causas do aumento da pobreza.

A pobreza como afirma Santos (2008) é histórica e espacialmente construída. Sobretudo na fase atual, a pobreza caracteriza-se como pobreza estrutural-globalizada, ou seja, “uma produção científica da pobreza”. Apesar do colonialismo, antes havia uma divisão territorial do trabalho mais autônoma, especialmente nos lugares “opacos” onde não predominava uma produção voltada para exportação, mas hoje ela é criada, programada e administrada cientificamente. O que há de singular na geração da pobreza hoje é o seu caráter internacional, ou seja, a sede da pobreza pode estar em São Paulo, mas o centro de determinadas ações que implicam em sua expansão pode estar em outras formações sociais.

A gradual artificialização do território brasileiro vai gerando diferentes tipos de pobreza ao longo da história (SILVEIRA, 2005). Logo nos primórdios da colonização europeia a pobreza era gerada também por condições naturais, e como o homem explorava as possibilidades da natureza, não se tratava de exclusão social. Já com a mecanização do território, algumas cidades ganham um caráter regional porque criam uma área de influência a partir dos sistemas técnicos que aos poucos são implantados, como ferrovias e portos. Com a industrialização e a integração do território há um forte processo de urbanização e a pobreza do campo dirigiu-se para as cidades que, por sua vez, produziram outro tipo de pobreza. Já na década de 1970, a expansão dos meios de transporte e telecomunicações e a implantação dos projetos agroexportadores criaram uma nova divisão territorial do trabalho, na qual a desigualdade regional e intra-urbana ampliou-se em nome de uma nova inserção na divisão internacional do trabalho. O projeto modernizador diminuiu a criação de empregos e a pobreza se agravou.

Dentro desses mecanismos de formação de pobreza, o circuito inferior cresce,

ainda que quantitativamente não seja possível mensurá-lo, pois ele é mutável e muitas vezes invisível aos olhos das estatísticas oficiais. Sem as abandonar por completo, mas tendo cautela no seu uso, as estatísticas não podem explicar o fenômeno da pobreza. Para Santos (2004) a pobreza pode ser entendida como a luta permanente por suprir necessidades essenciais (bem-estar). A desigual implantação dos sistemas técnicos e produtivos, além do poder desigual na promoção de políticas públicas, cria territórios e lugares desiguais, que por sua vez vão condicionar a ampliação da pobreza.

Essa pobreza não é captada pelas estatísticas, mas se revela qualitativamente no cotidiano das cidades. Por exemplo, os dados do Ministério do Trabalho revelam um aumento do trabalho com carteira assinada no país, especialmente após os anos 2000, apenas de 2009 para 2010 o emprego com registro em carteira subiu 6,94% (CAGED, 2010). No entanto, muitas atividades, mesmo com carteira assinada não geram renda suficiente para atender as necessidades básicas da população e atender à ditadura dos consumos modernos.

O crescente aumento do Sistema de Vendas Diretas como da Natura¹ (ABÍLIO, 2011), Avon e Racco entre outros, indica empiricamente como a pobreza vem crescendo apesar das estatísticas da formalidade estar apontando, em período recente, um crescimento do emprego com carteira assinada. Isso mostra que a explicação da pobreza urbana deve levar em consideração outros processos, pois apesar da carteira de trabalho assinada, existe uma massa de população que não consegue atender às suas necessidades mínimas, por isso, juntamente com seu trabalho de “carteira assinada”, passam a compor o sistema de vendas de grandes marcas de cosméticos. Ainda que haja um aumento da renda média em alguns subsetores da economia, atividades que em geral empregam muita mão de obra, como calçados, vestuário e têxtil, móveis, alojamento e alimentação, comércio varejista e atacadista, têm uma remuneração média entre 2 a 2 ½ salários mínimos (CAGED, 2010).

Refletindo sobre as principais ideias que permearam o pensamento político sobre a pobreza na América Latina e nos países subdesenvolvidos em geral, Quijano (2007) afirma que estamos em um momento com ausência de discursos sociais alternativos, por isso, o discurso pragmático é difundido, pois se trata do discurso de total controle do poder, ou seja, não exige perguntas históricas e filosóficas. “[...] es más cómodo para ellos asimilar de discurso de los profesionales y técnicas que están al servicio directo de los grupos financieros internacionales y locales, de sus fuerzas armadas y de sus servicios de inteligencia” (QUIJANO, 1998,

1 No início da década de 1990 eram 50 mil revendedoras Natura, em 2010 chegaram a mais de um milhão (ABÍLIO, 2011).

p. 22). Daí decorre a falta de crítica e aceitação tácita da pobreza. Parafraseando Bourdieu e Wacquant (2002), a pobreza é um conceito com o qual se argumenta, mas sobre o qual não se argumenta.

Antes do discurso pragmático “da informalidade das atividades” tomar as dimensões atuais, a questão das atividades desenvolvidas pelos pobres nas cidades e as perspectivas políticas, sociais e econômicas de combate à pobreza tinham outro viés.

O discurso da modernização durante os “trinta gloriosos anos” (1945 a 1975) baseava-se na integração dos “pobres” e “marginalizados” à sociedade, sendo uma meta atingir uma sociedade menos desigual. Neste período sobressai o debate sobre a “massa marginal” de Nun (1969), em contraposição às ideias de “superpopulação relativa” ou “exército industrial de reserva”, caracterizado como excedente não em relação aos meios de subsistência, mas em relação aos meios de produção (MARX, 1974). A massa marginal seria composta por trabalhadores que se refugiaram nas atividades terciárias com baixos salários, sendo a maioria dos desempregados e trabalhadores mediados pelo capital comercial, ou seja, a “massa marginal” não estava integrada socialmente, mas não era uma massa excluída do sistema capitalista, daí Nun (1969) distinguir entre a “integração social” e a “integração ao sistema”. Nesse sentido, a América Latina estaria integrada ao sistema, porém manifestando o empobrecimento crescente dos setores populares, o que indicaria um baixo grau de “integração social”.

Após a década de 1970, há uma mudança de perspectiva na abordagem da pobreza. Permanece o discurso da “modernização”, mas transformam-se os atores e as ações. Agora os marginalizados e a pobreza são considerados como um “custo social” inevitável à modernização. Assim, as políticas de “integração” são substituídas por “políticas de compensação” por pouco tempo e pelo mais baixo custo. Mas, o fim dos “trinta gloriosos anos”, com a crise dos anos de 1970, precipita inovações técnicas e políticas culminando com a ascensão da globalização e do neoliberalismo, que se materializam nas privatizações e redução dos investimentos públicos na América Latina. Neste novo momento, os problemas da pobreza dos trabalhadores são considerados como de responsabilidade dos próprios trabalhadores, inclusive a solução advém da postura individual dos mesmos. Coloca-se como tema os “pobres” e a “pobreza” e suas estratégias de sobrevivência, porém não os relaciona com os padrões de poder atual (QUIJANO, 1998).

As décadas de 1960 e 1970 acabaram por ser proíficas em estudos sobre a pobreza, sobre o crescimento da população pobre, sobre as mais variadas formas de

criação de trabalho e renda². Contudo, eram escassos os estudos geográficos sobre o problema da pobreza que tivessem como foco o espaço geográfico e as cidades nos países pobres. É nesse sentido, que vai se destacar a teoria dos dois circuitos da economia urbana proposta por Milton Santos na década de 1970.

Algumas considerações sobre o uso da teoria dos dois circuitos hoje

A teoria dos dois circuitos da economia urbana objetiva revelar a singularidade da urbanização nos países periféricos e indicar caminhos analíticos sobre o funcionamento das cidades, especialmente apontando para as atividades que são criadas visando a geração de trabalho e rendimento por parte das populações que não são incorporadas pelos circuitos produtivos modernizados tecnologicamente.

Os circuitos da economia urbana distinguem-se principalmente pelas diferenças no uso dos capitais, da tecnologia e da organização das atividades e hoje importa considerar (i) o aprofundamento da interdependência dos lugares, (ii) as diferenças e desigualdades regionais, (iii) o uso de novas tecnologias pelo circuito inferior, (iv) a expansão do crédito e do consumo entre os pobres e, por fim, (v) a avaliação dos ramos de atividades, ou seja, a avaliação dos circuitos espaciais de produção por ramo de atividade.

A interdependência dos lugares é referida ao aprofundamento da globalização econômica, que pode ser definida genericamente como um processo extremo de internacionalização do capital que, por sua vez, possibilitou aprofundar o imperialismo cultural por meio da universalização dos particularismos do centro do sistema (BOURDIEU; WACQUANT, 2002). A globalização para Santos (2000) manifesta-se por uma unicidade técnica, por uma convergência dos momentos e por uma unicidade do motor – a *mais valia* global –, todos eles interdependentes. Dos sistemas técnicos atuais, um é portador de dimensões planetárias e promotor de mudanças também nesta escala, a telemática (telecomunicações + informática + microeletrônica). Ela permite o armazenamento de informação e a possibilidade de comunicação instantânea entre os lugares, autorizando assim convergência dos momentos, que além de um relógio comum, permite o conhecimento dos *eventos* simultaneamente ao seu acontecimento, o que traz implicações para a realização da produção, que pode ser fragmentada por todo o mundo, constituindo assim circuitos espaciais produtivos planetários.

Todavia, globalização não é sinônimo de homogeneização, pelo contrário, aprofundam-se as desigualdades territoriais nesse novo período, pois os sistemas

2 Para um excelente detalhamento das diversas perspectivas e autores que trataram da temática, ver Souza (2007), especialmente o quadro 1 da página 9.

técnicos conduzem à diferenciação e à desigualdade dos lugares, que agora não são devidos à diversidade da natureza, mas às escolhas humanas (SANTOS, 2002). As desigualdades dadas pelas diferenças das densidades dos sistemas técnicos atuais trouxeram também o aprofundamento das especializações dos lugares em atividades produtivas, conseqüentemente, esses lugares demandam mais trocas, tornando-os mais interdependentes. Logo, a dialética entre os subsistemas urbanos torna-se mais complexa, inclusive o circuito inferior, em alguns casos, passa a receber produtos de lugares longínquos e mesmo a abastecer populações de origem distante.

Também é necessário considerar as diferenças e desigualdades regionais de cada território. A divisão territorial do trabalho deve ser analisada para situar o papel de cada lugar no contexto nacional e mundial. Assim, verifica-se como as diferenças quantitativas e qualitativas da distribuição da população, dos sistemas de transporte e telecomunicações, dos equipamentos de saúde e educação, entre outros, condicionam o processo de urbanização e com ele se estabelece a dialética dos dois subsistemas urbanos, inferior e superior. Em outras palavras, o lugar importa na constituição do estabelecimento das atividades econômicas. Isso significa que para a operacionalização da teoria dos dois circuitos da economia urbana é fundamental considerar a constituição regional do território nacional. Há características “locais” que agregam particularidades aos subsistemas urbanos, por isso, sem dúvida, o tamanho da população pobre, e parte das classes médias, condiciona a existência de um circuito inferior de grandes proporções no centro da cidade de São Paulo, a ponto de surgir uma forma de comércio que era impensável nos anos 1970 e que hoje inexistente em cidades pequenas e médias, que é o comércio de “atacado” no circuito inferior do vestuário. Daí o intenso trânsito de “sacoleiros” definindo uma etapa no circuito inferior que é a distribuição, bastante intensa no espaço metropolitano.

Além disso, o circuito inferior se aproveita dos espaços mais deteriorados dos centros urbanos, pois os aluguéis são mais baixos, mas esses espaços são finitos, por isso, para intensificar o seu uso, o comércio do circuito inferior também é realizado nas noites e madrugadas. Ou seja, o uso da cidade impõe novos ritmos à vida e às atividades econômicas, cada atividade tem um lugar no espaço e um lugar no tempo.

O uso de novas tecnologias no circuito inferior não deve ser desprezado. Montenegro (2006) e Silveira (2009) revelam como o circuito inferior usa cada vez mais as novas tecnologias da informação para executar suas atividades. O celular, o computador, a impressora, a internet são ferramentas incorporadas ao subsistema inferior, inclusive velhas atividades desaparecem e novas surgem a partir dessas

técnicas como as “lojinhas” de recarregar cartuchos de impressora. Dessa forma, o circuito inferior recria novas atividades a partir da assimilação dos novos objetos técnicos.

A ampliação do crédito e do consumo (SILVEIRA, 2009, 2010) é outro recorte fundamental. Houve uma generalização do crédito às populações pobres, o que possibilitou o acesso ao consumo de bens de vestuário, eletrônicos e mesmo automóveis. O crédito tornou-se um novo mecanismo de empobrecimento dos já pobres urbanos, o crescimento do número de cartões de crédito e das financeiras, que oferecem crédito desburocratizado, mobilizou o consumo no território brasileiro (KAUÊ L. DOS SANTOS, 2007), especialmente nas metrópoles. Além disso, a publicidade tem papel fundamental no estímulo ao consumo. A junção do crédito e publicidade tem como resultado o aumento do consumo.

Por fim, é necessária a análise dos circuitos espaciais de produção, pois cada ramo de atividade gera circuitos produtivos distintos e a economia urbana abriga muitas vezes fragmentos dos circuitos espaciais produtivos. Dependendo do ramo de atividade o circuito espacial de produção tende a ganhar dimensões planetárias, ou mesmo, ficar mais circunscrito a determinadas regiões e países. *Grosso modo*, a economia política da cidade não deixa de ser o conjunto materializado de fragmentos de uma infinidade de circuitos produtivos, no entanto, algumas etapas dos circuitos produtivos são mais propensas à modernização, enquanto outras fornecerem trabalho em grande quantidade via subsistema inferior, inclusive existem ramos de atividade que necessitam de muita mão de obra como nos ramos do vestuário e calçados.

Análise do ramo do vestuário na cidade de São Paulo a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana

Os dois circuitos da economia urbana não podem ser, hoje, compreendidos sem seus nexos com os “circuitos espaciais produtivos” (SANTOS, 1986b; MORAES, 1991). O circuito espacial de produção designa a geografia da acumulação do capital, que não se realiza fora do espaço e por isso tem de enfrentar as diferentes produtividades espaciais dos lugares. Cada etapa produtiva precisa adequar-se aos lugares ou adequar o lugar segundo a melhor combinação das variáveis que constituem a equação de lucro de cada ramo de atividade e, em cada ramo, as diferentes produtividades espaciais de cada uma das etapas da produção *lato sensu*, a produção propriamente dita, a distribuição, a comercialização e o consumo. Cada território e região oferece às empresas diferentes condições de produção, e, em determinadas situações, verdadeiras barreiras são erguidas à produção *lato sensu* ou a cada uma de suas etapas. Como afirma Veltz (2012) a mundialização coexiste

com as “economias territoriais”, que repousam sobre formas de cooperação locais altamente específicas.

No quadro 1 apresentamos um esquema simplificado do circuito espacial produtivo do ramo do vestuário em diálogo com os dois circuitos da economia urbana. Nele, observamos alguns dos principais agentes que comandam o circuito da acumulação, como as grandes marcas, as redes de varejo de confecções, os comerciantes dos bairros centrais de São Paulo, Brás e Bom Retiro, e os pequenos comerciantes da Feira da Madrugada e também das ruas especializadas nas confecções.

Quadro 1. Circuito espacial de produção do vestuário e a dinâmica da economia urbana na cidade de São Paulo

<i>Etapas do circuito espacial de produção do ramo do vestuário</i>						
Circuitos da economia urbana	Características e atividades geradas na cidade	Agentes que comandam a acumulação	Produção	Distribuição	Comércio	Consumo
Circuito Superior	Atividades geradas no circuito superior nas situações do circuito produtivo das grandes marcas e varejistas: escritórios centrais de P&D, agências de publicidade; auditorias, grandes operadores logísticos, consultorias especializadas em pesquisa de mercado e consumidores coerentes com o tipo de produto, conexão com sistema financeiro (bancário, órgãos de financiamento, operadoras de cartão de crédito).	Grandes marcas	Concepção, <i>design</i> e <i>marketing</i> sob domínio da marca. Execução da produção realizada por oficinas terceirizadas (escala planetária)	Executada por grandes empresas de logística	Pontos de vendas próprios ou autorizados	Classe média alta de todo o território nacional, mas concentradas nas metrópoles e grandes cidades.
		Varejistas	Concepção sob o domínio da varejista. Execução da produção realizada por oficinas terceirizadas (escala nacional ou planetária)	Executada por grandes empresas de logística	Possuem redes de lojas próprias	Classe média, alta. Algumas se especializaram em atender público de menor renda.
Circuito Superior Marginal	Surgimento de profissionais da concepção e do <i>design</i> , subcontratação das oficinas, de pequenos transportadores e há uma dependência em relação ao lugar (acesso ao mercado e serviços), atendem uma clientela diversificada, desde grandes lojistas até pequenos consumidores.	Lojas Atacadistas do Brás e Bom Retiro	Lojistas dominam a concepção e terceirizam a produção contratando oficinas na metrópole de São Paulo	Executada por pequenos transportadores, pelos lojistas ou pelas oficinas contratadas	Lojas localizadas no Brás e Bom Retiro	Diversos: lojistas de todo o Brasil, donos de boutiques, “sacoleiras” e famílias.
Circuito Inferior	Oficinas de costura subcontratadas pelas grandes marcas, pelas varejistas e pelos atacadistas (Brás e Bom Retiro). Geração de empregos de baixa remuneração como motoristas, empregados dos escritórios, vendedores, pequenos lojistas e feirantes, guias, “sacoleiras”, “lojinhas” domésticas.	Vendedores da Feira da Madrugada e do comércio de pequena dimensão	Diversidade de situações: podem existir comerciantes que criam e costuram seus próprios modelos e comerciantes que subcontratam oficinas para a execução da costura	Realizada pelos próprios comerciantes	Pontos de venda na Feira da Madrugada (Pátio do Pari) ou nas ruas do Brás durante a madrugada. Pequenos comércios no Brás.	Lojistas de todo o Brasil e população de classe média e baixa.

Fonte: Silva (2012).

Essa área do centro da cidade de São Paulo abriga grandes empresas de circuitos globais de produção como C&A, Zara e Ellus, dentre inúmeras outras, coexistindo fragmentos de circuitos globais e circuitos “mais nacionais e regionais”. A divisão territorial do trabalho pretérita da cidade corroborou para que se tornasse central no comando dos fluxos materiais e imateriais desta atividade produtiva.

Ainda que haja grande heterogeneidade no ramo do vestuário, os agentes do circuito superior são seletivos na escolha dos lugares mais adequados à realização de suas atividades. Dessa concentração das materialidades, outros agentes também surgem para atender às demandas do circuito moderno. As oficinas de costura subcontratadas pelas redes de varejo de confecção são exemplos de como os subsistemas superior e inferior são interdependentes.

Cada agente do circuito produtivo possui uma organização específica, isto é, as etapas da produção, da distribuição, do comércio e do consumo configuram-se de acordo com o porte do ator que retém os lucros. Uma especificidade do circuito do vestuário é o uso intensivo de mão de obra na fase da costura, isto fez com que em período recente os agentes que comandam o circuito adotassem alternativas no processo de produção para redução dos custos com mão de obra. A reorganização do processo produtivo ocorreu por meio do aprofundamento da divisão técnica do trabalho, ou seja, as grandes empresas ficaram com a concepção, o *design*, o *marketing* e a comercialização, enquanto que a costura foi terceirizada para as oficinas.

Parte significativa dos atacadistas do Brás e Bom Retiro pertencem ao *circuito superior marginal da economia urbana*³, que foram, junto com o circuito inferior da economia, ocupando os interstícios do meio ambiente construído que tinha sido abandonado pelas antigas indústrias paulistas. A maior parte dos comércios de vestuário no Bom Retiro é de propriedade de coreanos. Já no Brás a propriedade é um pouco mais distribuída entre os coreanos, libaneses e brasileiros.

A produção realizada nas oficinas, ou seja, a fase da costura, é realizada pelos bolivianos, que habitam o bairro, mas também estão espalhados por toda a cidade de São Paulo, sobretudo nas Zonas Leste e Sul. A característica da subcontratação das oficinas também é um traço na situação de especialização do Brás e Bom Retiro. Em geral, os “oficinistas” (donos de oficinas subcontratadas) transportam as peças das lojas até as oficinas e depois realizam as entregas, ou, intermediários

3 O circuito superior marginal funciona segundo parâmetros modernos, o que o aproxima do circuito superior, entretanto, surge como resposta às necessidades de consumo localmente induzido (SANTOS, 2004), podendo ser resultado do circuito superior em decadência ou do circuito inferior em ascensão.

podem ser responsáveis pela circulação das peças até a finalização do produto.

Pequenos comerciantes da Feira da Madrugada⁴ e lojistas com reduzido capital e organização coexistem no Brás e em menor quantidade no Bom Retiro. Na Feira da Madrugada existem comerciantes que criam suas próprias peças, costuram e vendem na Feira, denotando a formação de um circuito inferior em quase todas as etapas do circuito espacial de produção.

Esse panorama do circuito do vestuário na cidade de São Paulo mostra a heterogeneidade dessa atividade, mas ressaltamos que muitas outras situações podem aparecer neste circuito. Colocando em diálogo o circuito espacial de produção do vestuário com a economia urbana, verificamos que cada ator gera uma situação no circuito e cria atividades características do subsistema superior ou inferior que se relacionam dialeticamente.

No caso das grandes marcas e varejistas, são gerados empregos com elevados rendimentos como estilistas, *designers*, entre outros, além de formarem círculos de cooperação na cidade com agências de publicidade e produtores de *softwares*. São sinergias geradas entre atores do circuito superior que ocorrem em geral nas grandes metrópoles. Dentre as grandes redes varejistas de atuação nacional como Riachuelo, Marisa, Pernambucanas e Renner, apenas essa última possui escritório de gestão fora de São Paulo. Das redes internacionais, Zara e C&A, ambas possuem escritórios na cidade de São Paulo. Tanto as grandes marcas, quanto os varejistas subcontratam as oficinas de costura para a produção das peças, todas elas do circuito inferior porque se organizam de maneira simples, sem burocracias, o capital aplicado é baixo, não acessam linhas de crédito do Estado, parte de suas máquinas são de segunda mão, o uso de mão de obra é intensiva e geralmente o pagamento é feito por peça.

Assim como as grandes marcas e as varejistas, os atacadistas do Brás e do Bom Retiro dedicam-se a criar modelos e terceirizam a produção. Entretanto, dado o poder limitado de ação territorial, parte significativa das oficinas é subcontratada nos bairros do Brás e Bom Retiro ou na periferia da cidade, em alguns casos chegando ao interior paulista. A distribuição é realizada por pequenos transportadores e pelos “oficinistas”, ativando nexos entre o circuito superior marginal e o inferior. O consumo é feito por lojistas e “sacoleiras” de todo o Brasil e famílias da metrópole de São Paulo. A situação dos atacadistas do Brás e Bom Retiro evidencia a importância da contiguidade para alguns atores exercer suas atividades econômicas.

4 A Feira funciona em dois espaços: nas ruas do Brás durante a madrugada e a outra funciona no pátio do Pari, espaço público concedido para o uso dos comerciantes. Grande parte dos produtos vendidos na Feira é composta por confecções populares.

De fato, ocorre uma complexa dialética entre os dois circuitos. Apesar de o circuito inferior ser menos poroso às modernizações, em razão dos custos que envolvem sua adoção, ainda assim certos objetos, como os telefones celulares, já fazem parte de pequenas atividades comerciais, e também o uso das “maquininhas de crédito” que viabilizam e capilarizam o circuito inferior às grandes empresas como Visa e Mastercard. Os dois circuitos da economia não podem ser explicados de maneira independente um do outro, pois ambos são complementares. Assim, é importante frisar, os circuitos não constituem sistemas fechados, mas apresentam-se interligados, conectados por intensas relações de complementaridade, de concorrências e muitas vezes de subordinação. Compreendem, em realidade, subsistemas do sistema urbano, no qual todas as formas de trabalho estão integradas.

Considerações finais

A teoria dos dois circuitos da economia urbana apresenta elevado potencial explicativo da urbanização dos países periféricos na atualidade. A pobreza urbana surge da dialética dos dois subsistemas: superior e inferior.

No entanto, destacamos que alguns processos devem ser agregados na operacionalização da teoria dos dois circuitos, uma vez que o mundo tornou-se mais complexo em período recente. As novas tecnologias da informação e o desenvolvimento dos sistemas de transportes concretizaram a interdependência dos lugares que é comandada pelas grandes empresas e pelo Estado. A instalação dos sistemas técnicos obedece à racionalidade do capital, logo é seletiva. Essa racionalidade une-se as próprias racionalidades dos lugares, esses por sua vez exercem papéis distintos na divisão territorial do trabalho, daí a importância de considerarmos o lugar e a região na constituição do circuito superior e inferior das cidades.

O circuito inferior ganha novo conteúdo quando incorpora algumas tecnologias em suas atividades. Além disso, a expansão do crédito trouxe a ampliação do consumo da população pobre ocasionando um empobrecimento ainda maior das classes populares. A difusão do cartão de crédito, dos financiamentos pessoais e serviços financeiros oferecidos por redes de lojas coexistem com as antigas formas de crédito do circuito inferior como fiado, o crediário e mesmo os empréstimos realizados com agiotas. Dessa forma, o circuito superior aprofunda a dominação sobre o circuito inferior por meio das finanças.

Outro elemento a ser considerado é a condição de circuito espacial de produção, pois, organizam-se fixos, fluxos materiais e ordens de acordo com a

especificidade de cada ramo de atividade. Assim, as atividades do ramo automotivo são distintas do ramo do vestuário. Isso torna necessário o diálogo entre os circuitos espaciais de produção e os dois circuitos da economia urbana. No caso do ramo do vestuário, verificamos que o circuito espacial de produção apresenta atores com poderes distintos de organização e comando de fluxos. As grandes marcas e as redes varejistas compõem o circuito superior da economia, entretanto, dominam o circuito inferior por meio da subcontratação de oficinas. Dessa maneira, dado o poder de ação surge uma divisão territorial do trabalho intra-urbana e nacional, e mesmo global que obedece à lógica de tais empresas. A cidade de São Paulo centraliza atividades de concepção, *marketing* e logística e consumo. No entanto, a etapa da costura não precisa, necessariamente, estar presente na metrópole. Já no caso dos atacadistas do Brás e Bom Retiro, eles pertencem em maioria ao circuito superior marginal e necessitam da especialização produtiva desses bairros para existir. Comandam a produção e o consumo dadas as possibilidades de concentração dos agentes da costura e dos consumidores nestes bairros. Os comerciantes da Feira da Madrugada e donos dos comércios de pequena dimensão no Brás e Bom Retiro são exemplos de atores do circuito inferior e que muitas vezes tem o domínio completo do circuito espacial de produção, pois criam, costuram e comercializam seus próprios produtos.

Esse panorama do ramo do vestuário a partir da cidade de São Paulo indica a necessidade de descortinarmos o funcionamento da economia da metrópole a partir dos diferentes ramos e atores, mostrando que o *uso* do território é condicionado a essas particularidades. A cidade vai sendo construída por meio desse mosaico de circuitos produtivos que revelam a formação dos dois subsistemas urbanos, que por sua vez está condicionada ao papel da cidade de São Paulo no território nacional e mesmo mundial.

Bibliografia

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Trabalho e acumulação: o caso de um milhão de revendedoras de cosméticos e uma empresa brasileira. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ORGANIZAÇÃO E CONDIÇÕES DO TRABALHO MODERNO, 2., Campinas. *Anais...* Campinas: . Campinas, 2011.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista. *Estudos Afro-asiáticos*, vol. 24, n. 1, Rio de Janeiro, 2002.
- CAGED, *Evolução do emprego em 2010*. 2010. Disponível em <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>> Acesso em 15 de agosto de 2011.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertland Brasil, 1997.
- DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Disponível em <http://www.dieese.org.br/analisepep/a_nualSAO.html> Acesso em 2013a.

- DIEESE. Salário Mínimo Nominal e Necessário. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>> Acesso em 2013b.
- ELIAS, Denise. Milton Santos: a construção da geografia cidadã. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Barcelona, v. 6, n. 124, 2002.
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço e Debates*, n. 6, jun./set., 1982.
- QUIJANO, Aníbal. *La Economía Popular y sus caminos en America Latina*. Lima: Mosca Azul, 1998.
- MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- MCGEE, T.G. Têtes de ponts et enclaves: le problème urbain et le processus d'urbanisation dans l'Asie du Sud-Est depuis 1945. *Tiers-Monde*, v. 12, n. 45, 1971.
- MONTENEGRO, Marina Regitz. *O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación en el espacio. In: YANES, L.; LIBERALI, A. M. (org.). *Aportes para el estudio del espacio socio-economico*, tomo III. Buenos Aires, El Coloquio, 1991.
- NUN, José. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*. v. 5, n. 2, jul., 1969.
- POCHAMN, Márcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ROCHEFORT, Michel. *O desafio urbano nos países do Sul*. Campinas, Edições Territorial, 2008.
- SANTOS, Kauê Lopes dos. Uma Financeirização da Pobreza? O sistema financeiro e sua capilaridade no circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo. *SIMPURB*, 10., Florianópolis. *Anais...*, Florianópolis, 2007.
- SANTOS, Milton. *As Cidades nos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SANTOS, Milton. Le circuit inférieur: le soi-disant secteur informel. *Les Temps Modernes*, nov., XXX année, 1976.
- SANTOS, Milton. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois subsistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 53, 1977.
- SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: Edusp, 2009a [1978].
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2004 [1979].
- SANTOS, Milton. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1986a.
- SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. de; SANTOS, M. (org.) *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986b.
- SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2009a [1990].
- SANTOS, Milton. *Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2005 [1993].
- SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Edusp, 2009b [1994].
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2002 [1996].
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. O futuro das megacidades: dualidade entre o poder e a pobreza. *Cadernos Metrópole*, n. 19, 2008.
- SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da razão dialética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

- SILVA, Silvana Cristina da. *Círculo espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na Metrópole de São Paulo: os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP)*. Tese (Doutorado em Geografia) — Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- SILVEIRA, María Laura. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? In: ALBUQUERQUE, E. (org.) *Que país é esse?* São Paulo: Editora Globo, 2005.
- SILVEIRA, María Laura. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, jan./abr. 2009.
- SILVEIRA, María Laura. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2010.
- SLATER, David. *Capitalismo e desarrollo regional*. Amsterdã: CDELA, 1982.
- SOUZA, Marcos Barcellos de. A atualidade do debate da marginalidade social: notas contra o predomínio do pragmatismo e do individualismo no estudo das relações de trabalho. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 6., Marília. *Anais...* Marília: Unesp, 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/indice.htm>>. Acesso em: 20 de set. de 2010.
- TOPALOV, Christian. *La urbanización capitalista*. Cidade do México: Editorial Edicol, 1978.
- VELTZ, Pierre. *Des lieux et des liens*. Essai sur les politiques du territoire à l'heure de la mondialisation. Paris: L'Aube, 2012.

Sobre os autores

Márcio Cataia: graduado em Geografia pela Universidade de Mogi das Cruzes, com doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado no Institut des Hautes Etudes De L'amérique Latine (IHEAL) – Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3. Atualmente, é professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Silvana Cristina da Silva: graduada em Geografia, com mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente, é professora da Universidade Federal Fluminense (UFF – Campos).

* * *

ABSTRACT

Considerations on the theory of two circuits of urban economy at the present

In this article we present some considerations on the context of the appearance of the theory of the two circuits of urban economy proposed by Milton Santos in the 1970s and some annotations about the use of this theory nowadays. We stress that the theory of the two circuits originates to explain the urbanization of periphery countries. However, the growing interdependence of places, enabled by technical systems, has required the incorporation into the analyses of urban economy of new elements such as credit expansion and the use of new technologies in the lower circuit. Moreover, we emphasize that each branch of economic activity creates and conditions the territorial division of labor in the city based on its characteristics. Accordingly, the dialogue of the two circuits of urban economy with the spatial circuits of production becomes advantageous as we demonstrate with the analysis of the garment industry in the city of São Paulo.

KEYWORDS: circuits of urban economy, upper circuit, lower circuit, São Paulo, peripheral urbanization.

RESUMEN

Consideraciones sobre la teoría de los dos circuitos de la economía urbana en la actualidad

Presentamos en este artículo algunas consideraciones sobre el contexto del surgimiento de la teoría de los dos circuitos de la economía urbana, propuesta por Milton Santos en la década de 1970, y algunos apuntes sobre el uso de esa teoría en la actualidad. Destacamos que la teoría de los dos circuitos se origina para explicar la urbanización de los países periféricos. Sin embargo, la creciente interdependencia de los lugares, posibilitada por los sistemas técnicos, demandó incorporar a los análisis de la economía urbana nuevos elementos como la expansión del crédito y el uso de las nuevas tecnologías en el circuito inferior. Además, destacamos que cada ramo de actividad económica crea y condiciona la división territorial del trabajo en la ciudad a partir de sus características. Así, el diálogo de los dos circuitos de la economía urbana con los circuitos espaciales de producción se vuelve proficuo como lo demostramos con el análisis del ramo del vestuario en la ciudad de São Paulo.

PALABRAS CLAVE: circuitos de la economía urbana, circuito superior, circuito inferior, São Paulo, urbanización periférica.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>

Artigo recebido em julho de 2013. Aprovado em agosto de 2013.